

IDENTIDADE CULTURAL & CAPACIDADE DE CARGA CULTURAL?

Ana Rosa Domingues dos Santos¹

Resumo: O Turismo Cultural se constitui em um fenômeno social de importância crescente no Brasil - tanto por sua relevância e abrangência atuais ou por seu grande potencial de expansão - seja na forma do turismo religioso, folclórico, étnico, histórico, urbano, místico, gastronômico, artístico, etc.

É cada vez mais comum o uso do patrimônio natural e cultural para atividades de lazer e turismo, porém, ainda são insuficientes os estudos dos impactos reais decorrentes dessas atividades em uma localidade. Os impactos - positivos e negativos, de maior ou menor intensidade- acabam por dar uma nova configuração para o espaço e para a comunidade, uma vez que há uma mudança nos usos, significados e práticas sociais. Numa tentativa de minimizar os impactos negativos do turismo, o planejamento sustentável busca impor limites à atividade turística, utilizando ferramentas como por exemplo o estabelecimento da capacidade de carga dos atrativos.

O presente artigo busca discutir a pertinência dessas idéias, em sua maior parte originadas nas ciências naturais como a biologia e a ecologia, em relação às culturas e identidades, ressaltando seu caráter dinâmico, diverso e processual.

Palavras-chave: Turismo Cultural, Identidade Cultural, Sustentabilidade, Capacidade de Carga

Introdução

O Turismo Cultural se constitui em um fenômeno social de importância crescente no Brasil - tanto por sua relevância e abrangência atuais ou por seu grande potencial de expansão - seja na forma do turismo religioso, folclórico, étnico, histórico, urbano, místico, gastronômico, artístico, etc.

É cada vez mais comum o uso do patrimônio natural e cultural para atividades de lazer e turismo, porém, ainda são insuficientes os estudos dos impactos reais decorrentes dessas atividades em uma localidade. Os impactos - positivos e negativos, de maior ou menor intensidade- acabam por dar uma nova configuração para o espaço e para a comunidade, uma vez que há uma mudança nos usos, significados e práticas sociais. Numa tentativa de minimizar os impactos negativos do turismo, o planejamento sustentável busca impor limites à atividade turística, utilizando ferramentas como por exemplo o estabelecimento da capacidade de carga dos atrativos.

O presente artigo busca discutir a pertinência dessas idéias, em sua maior parte originadas nas ciências naturais como a biologia e a ecologia, em relação às culturas e identidades, ressaltando seu caráter dinâmico, diverso e processual.

Turismo e Cultura

Neste trabalho entende-se o Turismo Cultural como “[...]todo o turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana.” (BARRETTO, 2001.p.19). Essa idéia também é destacada por Beni (2002, p.422), que aponta que o Turismo Cultural “refere-se à afluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural”. Estes últimos referem-se aos elementos e manifestações tangíveis ou intangíveis produzidas pelas sociedades, resultado de um processo histórico onde a reprodução material e das idéias se constituem em fatores que identificam e diferenciam um país ou região, incluindo não só os monumentos e manifestações do passado (sítios e objetos arqueológicos, arquitetura colonial e histórica, documentos e obras de arte), mas também o que se chama patrimônio vivo: as diversas manifestações da cultura popular (regional, popular, urbana), as populações ou comunidades tradicionais, a língua ou o sotaque, as artes populares, a indumentária, os conhecimentos e tradições características de um grupo ou cultura. (CASASOLA, 1990)

Portanto, os elementos característicos de cada cultura se tornam a matéria-prima para que um produto turístico seja comercializável e competitivo. O patrimônio cultural

¹ Mestranda do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas da Universidade de Brasília. E-

passa então a ser um fator motivacional e uma necessidade de mercado do Turismo, o que vem sendo objeto de preocupação de vários autores, que consideram tanto os aspectos positivos como os impactos negativos dessa relação. Quanto aos últimos, as maiores críticas se referem à transformação do patrimônio cultural em bem de consumo, pois a sua preservação se daria muito mais por exigência do mercado turístico (tornando-o um atrativo turístico vendável) do que por sua importância para a comunidade local. Desse modo, a cultura deixaria de ser importante por si só, e passaria a ser importante apenas por seu valor de consumo dentro da Indústria Cultural. Além disso o turismo se torna um importante fator de pressão sobre o patrimônio cultural, causando problemas como a obstrução da vida social e econômica da comunidade local, pelo volume de pessoas nas ruas e congestionamento do trânsito; os choques culturais em relação às diferenças culturais, étnicas, religiosas, e de valores e estilos de vida; a reprodução alegórica da cultura local, num simulacro de realidade – pois simula aspectos irreais, tanto no sentido de não serem mais traços da comunidade local, buscando uma autenticidade que já não existe, ou até no sentido de adaptar as tradições para torná-las mais palatáveis aos turistas-; e até mesmo a perda da identidade da localidade como um todo e da sacralidade e valor simbólico de objetos e locais específicos.

Este quadro levou diversos autores a elaborar maneiras de evitar ou minimizar tais problemas, onde o planejamento do Turismo desponta como uma maneira de proteger o patrimônio local, maximizando os benefícios da atividade turística e diminuindo os seus efeitos negativos.

A sustentabilidade proposta no turismo cultural

Em relação ao planejamento do Turismo Cultural, Barretto (2001, p.75) salienta sua importância ao afirmar que, “[...] para que patrimônio e turismo possam ter uma convivência saudável, é necessário que haja planejamento, o que inclui controle permanente e replanejamento”, através de uma intervenção consciente e profissional. Para que o patrimônio ambiental ou cultural possa ser transformado num produto turístico autêntico e de qualidade, a ser usufruído tanto pelos visitantes como pela comunidade local,

é preciso pensar no local como um todo, entender suas peculiaridades e necessidades, avaliar seu potencial e seus limites, a fim de propor atividades turísticas que não o prejudiquem.

Logo, qualquer discussão sobre o planejamento turístico deve passar, necessariamente, pelo desenvolvimento sustentável, até porque este setor depende “[...]quase integralmente dos atrativos turísticos e das atividades [...] relacionadas ao ambiente natural e ao patrimônio histórico e cultural de uma área. Caso esses recursos sejam degradados [...] não pode haver futuro para o turismo”. (OMT, 2003, p.24)

Segundo Swarbrooke (2000), o Turismo Sustentável pode ser considerado como “formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”. Similarmente, a Organização Mundial do Turismo (2003, p.24) define que

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

O Turismo Sustentável pode ser resumido a uma busca pelo equilíbrio, onde as dimensões ambiental, social e econômica se interligam. Suas principais características são a compreensão dos impactos do Turismo nos ambientes natural, cultural e humano; a distribuição justa tanto dos benefícios quanto dos custos; o desenvolvimento integrado da comunidade; o incremento da infra-estrutura básica da comunidade, sendo também um benefício para a população local; a oposição a qualquer efeito negativo, e a monitoração e administração dos impactos do turismo, desenvolvimento de métodos confiáveis de obtenção de respostas. Dentre estes métodos, o principal é o estabelecimento da capacidade de carga dos recursos turísticos, baseada na percepção dos níveis de mudança ambiental, social ou cultural aceitáveis.

A capacidade de carga consiste em buscar a manutenção de

[...]um nível de desenvolvimento e de utilização que não resulte em deterioração ambiental grave, em problemas socioculturais e econômicos, nem que seja entendido pelos turistas como capaz de desvalorizar o seu aproveitamento e a sua apreciação da área ou do local turístico. (OMT, 2003, p. 147)

O conceito, cujas raízes estão nas ciências naturais, surge na década de 1920 e se fortalece e ganha visibilidade nos anos 1990, a partir da ECO-92. Passa então a ser aplicado em diversas áreas, inclusive no turismo, onde pode ser decomposto em três variáveis: a capacidade ecológica, a social e a cultural. Trata-se de uma determinação sistemática dos limites de desenvolvimento e utilização de determinado local, que possibilita medir quantas pessoas em média podem visitá-lo (em um dia, em uma hora, etc.) sem causar grandes impactos naquele ambiente – natural ou humano -, e que é medida através da análise das características do local, duração da estada dos visitantes, distribuição dos turistas nas áreas visitadas, perfil e número de visitantes e distribuição das visitas pelo ano (fins de semana, feriados, férias, dias de semana), comportamento dos indivíduos (tanto visitantes quanto comunidade receptora), entre outros fatores.

Oliveira (2003, p.21) ressalta que “[...]o uso de indicadores para medir ou monitorar as transformações no meio ambiente é o componente-chave para o estudo da capacidade ambiental”, cujo estabelecimento deve ser sensível às mudanças do meio ambiente; possa ser avaliado por meio de medidas ou de julgamentos criteriosos; possibilite constantes coletas de dados e monitoramentos; e deve ter limites claros, facilmente identificáveis onde ocorram mudanças significativas.

De uma maneira geral, a determinação da capacidade de carga busca, através dos indicadores, medições específicas que possibilitem a proposição de fórmulas para a delimitação exata do número de visitantes que determinada localidade suporta dentro dos limites toleráveis de mudança.

Uma abordagem antropológica da identidade cultural

Conforme visto nas seções anteriores, o turismo – sem o planejamento adequado – pode causar problemas diversos para a comunidade local, dentre eles a reprodução alegórica e elementos culturais, a adaptação das tradições para torná-las mais palatáveis aos

turistas e até mesmo a perda da identidade cultural da localidade e dos valores simbólicos de objetos e locais específicos. Numa tentativa de conter esses impactos, o turismo sustentável desponta como meta principal, tanto monitoração e administração dos impactos quanto no desenvolvimento de métodos confiáveis de obtenção de respostas e determinação sistemática dos limites de desenvolvimento e utilização de determinado local, dentro dos limites de mudança toleráveis.

Todavia, para que seja possível entender tais limites, faz-se necessária a compreensão do que vem a ser cultura e identidade, de uma perspectiva antropológica. Ambas são intrinsecamente relacionadas, uma vez que não há identidade sem cultura e vice-versa, pois são frutos do sistema social.

Diversos autores discutem tais conceitos, de forma que reuni-los num único artigo é uma tarefa virtualmente impossível. Assim, buscaremos uma discussão conceitual à luz de autores do movimento hermenêutico como Clifford Geertz (1978), Homi Bhabha (2003), Stuart Hall (2003), entre outros, não se prendendo somente a eles.

Geertz (1978. p.15) defende um conceito de cultura essencialmente semiótico, ao afirmar que uma vez que “[...]o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significados.” O mesmo autor prossegue, complementando essa idéia, que

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível. (op.cit, p.24)

O corpo de valores, técnicas, crenças, formas de vida cotidiana, elementos e manifestações – tangíveis e intangíveis – constitui um repertório de traços culturais por meio dos quais os membros de uma coletividade humana se identificam. Ou seja, a cultura é resultado de um processo histórico e da maneira que uma sociedade se relaciona com o meio ambiente onde se desenvolveu, participando de sua identidade, na tradução de visões de mundo, relações sociais e simbólicas, experiências diferenciadas de um determinado grupo, etc.

Segundo Damatta (2001, p.15),

[...] tanto os homens como as sociedades se definem por seus estilos, seus modos de fazer as coisas. Se a condição humana determina que todos os homens devem comer, dormir, trabalhar, reproduzir-se e rezar, essa determinação não chega ao ponto de especificar também que comida ingerir, de que modo produzir, com que mulher (ou homem) acasalar-se e para quantos deuses ou espíritos rezar. É precisamente aqui, nessa espécie de zona indeterminada, mas necessária, que nascem as diferenças e, nelas, os estilos, os modos de ser e estar, os “jeitos” de cada qual.

Logo, a identidade pode ser considerada como o “[...] processo de construção de significado com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 1999, p.22).

Dessa forma, fica evidente a inter-relação entre cultura e identidade, que é, acima de tudo, fruto do sistema social em que se insere. Corroborando com essa perspectiva, o mesmo autor aponta que

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos do poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. (CASTELLS, 1999, p.23)

Tal visão também é partilhada por Roberto Cardoso de Oliveira (1976, pp.43-4), Citando Berger & Luckmann, ele aponta que a identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade, e que, “uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou, mesmo, remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais envolvidos na formação e manutenção da identidade são determinados pela estrutura social.” (idem, p.44)

A identidade *cultural* é formada pelos aspectos relacionados ao “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e regionais ou nacionais, representando vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares.

Como todo processo social, a identidade e a cultura são formadas e transformadas continuamente, tanto por fatores internos de determinada comunidade, quanto por fatores externos, por sincretismo, justaposição, integração, ideologias, etc. O caso de Porto Rico é

um exemplo claro de como podem operar fatores externos com fundo político sobre a identidade e cultura de um povo.

Qualquer discussão sobre a cultura e identidade porto-riquenha está inevitavelmente condicionada por quase cem anos de dominação norte-americana na ilha. Com ela vieram a dependência colonial, profundas transformações socioeconômicas e culturais geradas pelo desenvolvimento do capitalismo imperialista e os problemas de integração nacional inerentes a qualquer contexto colonial. (ACOSTA-BELÉN, 1993, p.464, tradução nossa)²

Quando dominaram Porto Rico, os Estados Unidos instalaram uma maquinaria administrativa, política e econômica para incorporar o modo de vida americano (*American way of life*) na ilha. Com ações como a imposição de leis e impostos e o uso do idioma inglês nas escolas, promoveu a separação do porto-riquenho de sua herança cultural, a interiorização de valores e autodefinições que perpetuam sua experiência de colonizado.

Por força da dominação americana, os porto-riquenhos hoje se encontram numa situação de ambigüidade cultural, pois não são considerados americanos (embora Porto Rico seja uma unidade federativa dos Estados Unidos) e nem latinos, uma vez que estariam americanizados demais para partilharem da “latinidade”.

Outro exemplo importante é a formação das culturas negras nas Américas. Ainda que existam importantes diferenças locais, o processo é bastante similar: a transferência e superposição de diferentes elementos culturais formando uma nova cultura. Mintz e Prince (1992, p.1) lembram que nenhum grupo humano pode transferir seu patrimônio cultural intacto de um local a outro, pois as características do local de destino (humanas e materiais) e até mesmo as próprias condições da transferência limitam a variedade e força das mesmas. Não foi diferente com os negros, que foram trazidos como escravos, vindos de diferentes partes do continente africano, de grupos sociais étnicos e lingüísticos diversos. Mesmo que muitas vezes houvesse um certo número de elementos culturais comuns, foi necessário um esforço coletivo para a formação de identidades cuja característica principal era o companheirismo advindo da experiência compartilhada da escravidão, a partir de empréstimos culturais criações e remodelações surgidos das necessidades enfrentadas pelos grupos.

² Cualquier discusión sobre la cultura e identidad puertorriqueña está inevitablemente condicionada por casi cien años de dominación estadounidense en la isla. Con ella vinieron la dependencia colonial, profundas transformaciones socioeconómicas e culturales generadas por el desarrollo del capitalismo imperialista y los problemas de integración nacional inherentes a cualquier contexto colonial.

Um outro caso interessante é o da chamada diáspora caribenha. As características principais de uma diáspora são: “[...] uma história de dispersão, mitos/memórias da terra natal, alienação no país que os recebe, desejo de regressar, apoio sustentado à terra natal e uma identidade coletiva definida de forma importante por essa relação”. (CLIFFORD, p.303). No caso da diáspora caribenha, em países tão diversos como Estados Unidos, França, Inglaterra e Holanda, observa-se uma retenção e afirmação cultural da identidade afro-caribenha, dada por artefatos e produtos que expressam as preocupações e influências cruzadas entre elementos africanos, caribenhos e dos países-destino, bem como pelo comportamento, atitudes e condutas sociais. Assim, os vínculos com a terra natal são mantidos, seja através dos cultos, do folclore, dos ritmos musicais, da arte popular, e dos movimentos literários, ideológicos e políticos. Porém, é uma cultura transformada também pelos elementos exteriores, tendo como característica a multiplicidade transnacional e intercultural . (COHEN, 1998, p.27)

As continuidades, sobrevivências e retenções culturais se dão por processos sociais históricos, onde há grande influência das relações de trabalho, comércio, poder, etc. Porém, esses não são os únicos fatores que influenciam na formação das identidades culturais. Com o advento da globalização e suas mudanças estruturais e institucionais, as identidades que eram tidas como unificadas e estáveis passam a se fragmentar e entrar em colapso, e o próprio processo de identificação se tornou mais provisório, variável e conflitivo.

Conforme Hall (2004, p.87), a globalização tem

[...] um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas.

Dessa maneira, estão emergindo identidades culturais em transição, suspensas entre diferentes posições, que se utilizam de diferentes tradições culturais e que são produtos de misturas culturais cada vez mais comuns no mundo globalizado (HALL, 2004). As fronteiras entre as culturas estão cada vez mais permeáveis, permitindo hibridismos que influenciam os processos de construção de símbolos e significados, as formas de vida cotidiana, visões de mundo, relações sociais e simbólicas, bem como os elementos e manifestações culturais, muitas vezes num processo de tradução cultural.

Bhabha (2003, p.) aponta que

O trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria a idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, reconfigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente.

O turismo também pode ser considerado um fator de influência nas transformações culturais, derivado do processo de globalização, pois grande parte do interesse dos turistas por determinada localidade se dá porque “[...]ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da “alteridade”(HALL, 2004, p.77)”. Há, juntamente com o impacto do “global”, um novo interesse pelo “local”. A globalização [...], na verdade, explora a diferenciação local. Na medida que é um fenômeno social que promove o contato entre pessoas de culturas distintas, causa muitas vezes um impacto profundo nas mesmas. Sendo as culturas e identidades locais tão dinâmicas e diversas, seria possível pensar em métodos de medição e controle de impactos, como o estabelecimento da capacidade de carga turística?

Considerações finais

Segundo a Organização Mundial do Turismo (2003, p.148), o estabelecimento da capacidade de carga cultural deve administrar o volume do desenvolvimento turístico que possa ser absorvido socialmente sem detrimento dos estilos de vida e das atividades das comunidades locais; o nível de turismo que auxilie na conservação e revitalização das artes, dos artesanatos, dos sistemas de crenças, das cerimônias, dos costumes e das tradições; e o nível de turismo que não aborreça os residentes locais nem se aproprie dos atrativos e demais locais utilizados pelas comunidades.

Porém, tais níveis e volumes são muito abstratos para que se possa medir e quantificar. Além disso, pelo caráter dinâmico da cultura, nem sempre é possível mensurar até que ponto um efeito é resultado ou não da atividade turística, de outros fenômenos da globalização, de catástrofes naturais, inovações tecnológicas ou simplesmente de uma mudança interna lenta e gradual. Laraia (2004, p.95-6) aponta que

[...] qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação. Assim sendo, a mudança que é inculcada pelo contato não representa um salto de

um estado estático para um dinâmico, mas, antes, a passagem de uma espécie de mudança para outra. O contato, muitas vezes, estimula a mudança mais brusca, geral e rápida do que as forças internas.

Ou seja, embora o contato suscite inevitavelmente continuidades e descontinuidades na existência sócio-cultural e econômica de uma comunidade, não é necessariamente um elemento negativo, e tampouco o único. Mais ainda, é preciso muito cuidado na interpretação dos dados, posto que “[...] um traço particular, se não for tomado em si mesmo, mas em sua situação concreta no sistema (aquilo a que se chama às vezes de “função”), pode ter uma significação completamente diferente conforme a situação que ocupa.

Portanto, procurar uma fórmula para medir e comparar valores, de maneira que se alcance um resultado exato do número máximo de turistas que uma determinada comunidade possa receber dentro dos limites de mudança aceitáveis parece ser uma simples transposição de um modelo que talvez não se aplique à realidade cultural, cuja dinâmica e diversidade não são mensuráveis nem redutíveis a números.

Não resta dúvida de que a sustentabilidade cultural deve ser buscada no Turismo, mas faz-se necessário pensar em outras maneiras, outras alternativas para que ela seja alcançada, com o envolvimento completo das comunidades em todas as etapas do processo de determinação da capacidade de carga, cabendo à própria comunidade decidir que áreas devem ser restringidas à visitação e se sua localidade já acomodou pessoas demais. Só assim haverá um turismo de fato sustentável, respeitando a cultura e trazendo benefícios para a comunidade local.

Referências Bibliográficas

ACOSTA-BELÉN, Edna. Ideología colonialista y cultura nacional Puertorriqueña. *In: GOSSEN, Gary et al (ed.). De palabra y obra en el nuevo mundo.* Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1993.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural.** 2.ed. Campinas: Papirus, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 7.ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Coleção Humanitas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976

CASASOLA, Luis. **Turismo y ambiente.** México: Trillas, 1990

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, Robin. Cultural diaspora – the Caribbean case. *In: CHAMBERLAIN, Mary (ed.) Caribbean Migration Globalised Identities.* London: Routledge, 1998.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?.** 12.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DUMONT, Louis. **Hommo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações.** São Paulo : Edusp, 1992

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas.** Rio de janeiro: Zahar, 1978

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade.** 8.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

KLOR DE ALVA, J. Jorge. La disputa sobre un nuevo occidente: Política cultural e identidades múltiples en el fin de siglo. *In: GOSSEN, Gary et al (ed.). De palabra y obra en el nuevo mundo.* Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1993.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico.** 17.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.

MINTZ, Sidney, PRICE, Richard. **The birth of African-American Culture: An anthropological perspective.** Boston: Beacon Press, 1992

OLIVEIRA, Fernando Vicente. **Capacidade de carga nas cidades históricas.** Campinas: Papirus, 2003

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

RUBÉN, Guillermo. A teoria da identidade na antropologia: um exercício de etnografia do pensamento moderno. *In: Homenagem a Roberto Cardoso de Oliveira*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável:** A proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 1997.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável:** conceitos e impacto ambiental, vol.1. São Paulo, Aleph: 2000